

O GLOBO

15 FEV 1987

ANC pág. 6

Regimento: Câmara e Senado vão funcionar

BRASÍLIA — O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, relator das emendas ao anteprojeto de Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, informou que a tendência majoritária é que as duas Casas do Congresso funcionem regularmente, dando prioridade, entretanto, aos trabalhos da Constituinte. Fernando Henrique, que sexta-feira se reuniu com os Presidentes da Câmara e do Senado, Ulysses Guimarães e Humberto Lucena, para discutir o funcionamento do Congresso, pretende, entretanto, antes de tomar uma decisão sobre o assunto, ouvir a opinião dos parlamentares, principalmente dos senadores.

Ele atribuiu a apresentação de 994 emendas e quatro substitutivos ao projeto de Regimento Interno à "fertilidade do Congresso Nacional". Para a formulação do substitutivo, que pretende apresentar até o próximo dia 17, Fernando Henrique conversará com todas as lideranças partidárias com o objetivo de "evitar ao máximo as tensões em plenário". Com isso, espera agilizar o processo de votação do Regimento.

Uma das principais preocupações dos constituintes diz respeito à participação popular na elaboração do novo texto constitucional. O Deputado Francisco Humberto (PDT-MG) sugere que todas as segundas-feiras seja concedida tribuna livre aos representantes da sociedade civil. Os Deputados Maurício Fruet (PMDB-PR) e José Costa (PMDB-AL) propõem que qualquer cidadão tenha direito a apresentar sugestões para a Constituição. Já o PT sugere que sejam aceitas apenas propostas com assinaturas de pelo menos 30.000 pessoas ou de dirigentes de representações populares que tenham esse número de membros. O Senador José Fogaça (PMDB-RS) e

o Deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) pediram a criação de uma comissão itinerante para ouvir as propostas de toda a sociedade.

Outro ponto polêmico do Regimento é o número de comissões constitucionais. Para esse item, foram apresentadas nada menos do que 32 emendas. O Deputado Cunha Bueno (PDS-SP) apresentou a proposta com o maior número de comissões, nada menos do que 16, divididas em 62 subcomissões. Uma delas estudaria a possibilidade de retorno ao regime monárquico.

Foram apresentadas 16 emendas pedindo a aprovação de um referendo popular sobre o texto da nova Constituição. O referendo seria organizado pela Justiça Eleitoral. Segundo a emenda do Deputado Wilson Souza (PMDB-SC), caso ocorresse uma rejeição a Constituinte se dissolveria, convocando-se novas eleições para a Assembleia em 45 dias. Os Deputados Carlos Mosconi (PMDB-MG) e Nelton Friedrich (PMDB-PR) sugerem que, rejeitado o texto constitucional, seja aberto novo prazo para a sua elaboração.

A questão do funcionamento simultâneo da Constituinte com o Congresso Nacional não despertou muito interesse nos constituintes. Foram apresentadas apenas oito emendas. Enquanto o Deputado Konder Reis (PDS-SC) sugere a criação de três comissões para a legislação ordinária, o Deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) quer que a própria Constituinte cuide da legislação. Ele pede que todas as medidas adotadas pelo Judiciário ou pelo Executivo que influam nas atividades da Constituinte sejam revogadas. Espera com isso garantir a soberania da Assembleia. No entanto, o Senador Fernando Henrique Cardoso já adiantou que não irá tratar do assunto em seu substitutivo.